ATA COMPLETA*

Comitê da Bacia Hidrográfica do

Alto Tietê

CBH - AT

PLENÁRIA ORDINÁRIA

14 / 09 / 2012

Secretaria do Meio Ambiente

Auditório do CONSEMA

São Paulo – SP

Taquígrafo Dartan Gravina

* (SIC) Assim como foi dito.

Miron Rodrigues da Cunha, Vice-Presidente representando segmento Sociedade Civil Organizada/CDPEMA - (Presidente em Exercício)– É... sem palavras, porque não tem palavras... mas realmente não temos quórum, temos 14 representantes aqui, e tem segmentos completamente vazios, então temos algumas informações, e talvez o Bonfílio tenha um encaminhamento para fazer mas não depende de quórum, é só para caminhar para a Secretaria Executiva. Você tem o documento pronto? Então oportunamente encaminha para a Secretaria executiva, é sobre o Rodoanel, e tal, que ele pediu. Viemos agora, e foi muito gratificante em alguns aspectos, do Diálogo Interbacias, chegamos ontem, e o Nelson que é o Coordenador da Câmara Técnica de Educação Ambiental pode falar um pouco do que aconteceu porque são ações em educação ambiental de grande porte e que devem ser comunicadas pelo menos informalmente para vocês e em seguida podemos encerrar a reunião, porque não tem quórum.

Michele de Sá Vieira, Secretária de Meio Ambiente de Suzano- Bom dia a todos. Gostaria de passar um informe para todos presentes, que no dia 26 de setembro, vai cair em uma quarta-feira, teremos uma Oficina no CENFORP de Mogi das Cruzes com o objetivo de desenvolvermos um plano que na verdade trata da criação de um sistema de conservação e recuperação para a bacia do Alto Tietê Cabeceiras, seria muito importante que todos os membros das Câmaras

Técnicas, as pessoas que compõem o Alto Tietê Cabeceiras, e seria muito importante também a presença das pessoas que participam do Comitê para que possamos desenvolver na verdade esse plano mediante o levantamento de dados importantes dessa bacia. Estão todos convidados, vocês também receberão o Ofício do Subcomitê com essas informações. Muito obrigada.

Nelson Claudino Pedroso, representando segmento Sociedade Civil Organizada/AGDS e Coordenador da Câmara Técnica de Educação Ambiental- Bom dia a todos. Estamos informalmente aqui, não deu quórum, mas pelo menos no Diálogo Interbacias deu, e demais, tinha gente em hotéis isolados fora do hotel sede do evento para poder caber as pessoas que por ali manifestaram a necessidade de participação na questão da construção de uma educação ambiental de qualidade, especializada em recursos hídricos. Tivemos algumas palestras bastante interessantes e percebeu-se que a educação ambiental embora tenha instrumentos de conscientizar e levar informação para as pessoas têm de tratar de todos os temas em recursos hídricos, todos temas pertinentes tem que ser trabalhados em todas Câmaras técnicas, e nesse sentido o Diálogo tratou de alguns temas fundamentais, não só as questões voltadas à própria escola de educação mas também tratou por exemplo de um tema que causou uma polêmica imensa, que é a cobrança pelo uso da água, sua instalação e como vai ser utilizada essa cobrança, e na roda de diálogo percebeu-se

algumas manifestações bastante interessantes, a Malu Ribeiro que fez uma palestra bastante chocante da SOS Mata Atlântica mostrando alguns gargalos e a intencionalidade que está por trás da cobrança, porque por exemplo o caso do Alto Tietê, e não tem acontecido ao longo de tantos anos, por que tantas dificuldades? E passa por um processo de governança, da intencionalidade de grupos que não querem fazer a cobrança e se apegam a "ns" detalhismos, em um perfeccionismo extremo para que isso não venha a acontecer, lógico que é uma proposta de relações políticas, na verdade não são propostas tão técnicas assim e percebeu-se a intencionalidade. E o primeiro palestrante que tratou sobre educação falou que para levar a educação ela tem que perceber realmente quais são as intenções, tanto do educador como daquele que quer receber a educação, alguém está ali com suas intenções e cabe a nós aqui também percebermos o que queremos com a educação, e por outro lado tivemos reunião com o grupo da Secretaria de Estado da Educação, professores coordenadores dos grupos pedagógicos que já estão novamente há 1 ano trabalhando conosco, e ficamos de fazer uma oficina, ainda não tivemos sorte, há uma burocracia, e a ser enfrentada, estamos querendo resolver efetivamente essa questão, isso foi colocado, com toda a problemática do que tem acontecido em relação aos processos para se fazer exigências, às vezes descabidas, a nível nacional que é regido por Leis, mas de qualquer forma firmou-se que o diálogo com esses

professores e coordenadores das oficinas pedagógicas, esses núcleos, continuarão, houve participação de mais de 60 professores, de altíssimo nível, sabem o que estão falando, o que querem, e estão se distribuindo através dos 5 Subcomitês, quer dizer, são as pessoas para comprar o desafio de instalarem essas duas Câmaras técnicas que ainda não estão instaladas que é a do Cotia Guarapiranga e a do Pinheiros Pirapora, e firmou de fazer um plano de ação para execução dos gargalos que tem da própria gestão, que é a questão da comunicação, a comunicação ainda é falha, deve-se usar mais as redes sociais, e foi feita toda uma palestra percebendo essa necessidade e trouxe produtos dessa discussão, produtos maravilhosos, os professores passem a entender um pouco mais sobre o sistema de recursos hídricos para poder passar para os professores que vão ensinar os alunos, dentro de todo o sistema. Por outro lado muita reclamação, acho que foi uma unanimidade em todo o Estado de São Paulo, colegas, no sentido de verificar que nosso Fundo Estadual de Recursos Hídricos está falido, há uma reclamação em todos os sentidos, no sentido até de fazer com que acabe mesmo, pressão para que acabe de existir, e por outro lado essas oficinas aconteceram de forma formal, quem participa delas, as pessoas que estão integradas, que estão regular e legalmente cadastradas para se expressar, usamos a lógica do sistema porque o sistema também é um sistema legal, então as pessoas que estão ali participam efetivamente das Câmaras técnicas, e as que não

participam ou perdem o contexto de alguma forma, entendeu, não tem nenhuma habilidade portanto de fato essas pessoas têm que seguir a orientação regimental que nasce desde o estatuto do CRH, dos Comitês e então essa referência de atuação é passada para os professores, no sentido que entendam a funcionalidade, os problemas e de que forma até podemos desburocratizar os processos, é participativo no sentido de que houve mais de 2000 pessoas de todo segmentos e nós temos uma pauta grande para enfrentar a partir de 3 oficinas que foram declaradas, uma delas de comunicação, repito, para enfrentarmos.. Esse é um relato oficial passando aqui para os colegas de forma informal como Coordenador da Câmara técnica e Coordenador junto com o pessoal da CESC, a Carmen, do Encontro X Diálogo Interbacias de educação ambiental de recursos hídricos, e teríamos muito mais informações mas aqui são essas para deixarmos claras essas questões.

Mônica Borba, representando segmento Sociedade Civil Organizada, Instituto 5 Elementos de educação pela sustentabilidade - Bom dia a todos e a todas. Queria só falar um pouquinho sobre o processo da política de educação ambiental, não sei se todos sabem o Secretário Bruno Covas retomou diálogo com os educadores ambientais no ano passado, houve vários encontros no interior e na capital para discutir a regulamentação da política que foi feita em 2007 e não foi regulamentada. Em abril desse ano o processo foi interrompido, não estamos mais tendo diálogo com a

Secretaria, houve uma reestruturação da Secretaria e todos educadores da CEA- Coordenadoria de Educação Ambiental que atuavam nos Comitês de Bacia Hidrográfica do nosso Estado foram retirados dessa função, o que nos causou grande estranhamento porque a política estadual de educação ambiental é um processo de grande participação, é feito por bacias hidrográficas, então estamos tendo vários problemas de comunicação, de falta de diálogo e transparência nesse processo, e nós da Rede Paulista de Educação Ambiental levamos uma Moção para o Diálogo e conseguimos falar, isso que estou falando, para 2000 pessoas, muitos educadores, e estamos passando novamente essa Moção para ser entregue na próxima semana para a Secretaria. Estamos muito perplexos com a forma como está sendo conduzida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente a implantação da política estadual de educação ambiental, nosso estado gente é um dos únicos que não tem a política implantada no Brasil, isso porque a política tem uma Comissão interinstitucional de educação ambiental e da Comissão participam várias Secretarias, Universidades, ONGs, para se propagar e ser efetivado de fato. Estou passando e se alguém quiser algum esclarecimento esse debate tem sido feito dentro da lista da Rede Paulista de Educação Ambiental. É isso. Obrigada.

Bonfilio Alves Ferreira, representando segmento Municípios/PM de Caieiras- Só para dizer para Mônica que nos solidarizamos com essa manifestação porque de fato educação ambiental tem uma relevância muito grande e precisa ser de fato levada um pouco mais a séria pelo Estado paulista essa questão.

O tema que o Miron antecipou comentando, embora não tenhamos quórum para aprovar na forma de requerimento, o que daria revestimento de maior força e a legitimidade política para essa solicitação, de qualquer maneira administrativamente continua válido, e juridicamente importante fazermos esse encaminhamento.

O Comitê de Bacia aprovou no ano passado o parecer da nossa Câmara Técnica a respeito do trecho norte do Rodoanel mas ela não se debruçou só sobre o empreendimento do trecho norte do Rodoanel, se debruçou sobre os impactos em toda a obra nos mananciais da bacia do Alto Tietê e os em um esforço de muita competência, muita sabedoria e, que tem como marco histórico desse Comitê de bacia, depois de muito debater o tema, mais de 10 anos debatendo no Comitê de Bacia dessa vez conseguimos construir um consenso, inclusive aqui nessa plenária desde a Câmara técnica, e foram aprovadas 13 recomendações para a obra, foi consenso pelos três segmentos, e posteriormente o CONSEMA também discutiu essa Deliberação do Comitê de Bacia e também entendeu por unanimidade, o consenso também singular no CONSEMA onde o único voto que os ambientalistas deram para o Rodoanel a favor foi acolher

essas recomendações, pela primeira vez votou por unanimidade, então temos consenso de Estado e um marco histórico muito importante que entendo não pode passar sem vigilância, sem permitir que isso vire realidade no mundo. O que passou a preocupar é que, como se refere a obras do trecho norte, embora as Deliberações se referem a toda a bacia do Alto Tietê houve uma mobilização por parte do Presidente e nós Subcomitê com o Prefeito Antonio Ayacida que encaminhou para Dersa uma solicitação de informação com respeito ao cumprimento dessas medidas condicionantes que constam da licença do Rodoanel. Foi estabelecido que o empreendedor, o Artigo 2º da Deliberação do CONSEMA, está vinculado que o empreendedor deverá atender à disposição do parecer da Câmara técnica de planejamento e gestão do Comitê de Bacia do Alto Tietê do EIA-Rima do Rodoanel metropolitano trecho norte, a avaliação do atendimento às exigências deverá ser realizada pela Cetesb, e ouvindo o Comitê de Bacia. Consta de uma condicionante para a concessão da licença de instalação da obra do trecho norte. Já no ano passado a resposta ao nosso Presidente do Subcomitê foi uma resposta evasiva "olha, estamos estudando, estamos avaliando", e não houve nenhum encaminhamento. Nesse ano já se passaram da Deliberação do Comitê 1 ano e três meses e da Deliberação do CONSEMA 1 ano e dois meses. Preocupados com isso eu e o Piza resolvemos fazer uma visita de cortesia à Dersa para saber que está acontecendo "não, não, estamos estudando,

caminhando as matérias que tem que ser decididas não a nível da Secretaria de Transportes mas a nível de outras Secretarias, mas estamos caminhando", mas também não houve nada de prático. Isto está causando preocupação porque sabemos que já houve a licitação da primeira etapa para a qualificação das empresas e a previsão de que a licença esteja na rua é para janeiro, que as obras sejam iniciadas em janeiro, então o risco que corremos nesse final de ano, passam as eleições e vem as festas e tudo mais, é essa a questão, e ficar com essa ponta solta, o que pode causar prejuízos para todos, e até causar risco de uma discussão que pode inviabilizar a própria obra depois, então não nos interessa nada disso, não foi essa a expectativa que moveu o plenário nem o CONSEMA quando fez a vinculação, a expectativa é que houvesse tratamento de política de Estado para isso, então a solicitação que deixo, de forma transparente para todos, vou tomar a liberdade de encaminhar essas informações e solicitar à Secretaria Executiva através nosso Presidente que solicite à Dersa e no caso também a Cetesb que acompanha os passos da concessão dessa licença, com cópia ao Conselho da Dersa, e nosso Prefeito que é Presidente do CIMBAJU também esteve conversando com o Curi, Subchefe da Casa Civil, ele é conselheiro da Dersa e falou "me desculpe, não tenho conhecimento de nada disso. Preciso de uma provocação", então também que vá com cópia para a Chefia da Casa Civil do Governador para tomar conhecimento do risco que isso

representa, é uma política pública mais ampla e inclusive para a obra, para conseguirmos na próxima plenária receber essas informações e ter um pouco de transparência para saber como vamos lidar com isso, na questão de curto, médio e longo prazo para podermos nos inteirar dessa questão.

A ideia é o encaminhamento de ofício solicitando informações do andamento do cronograma de comprimento dessa condicionante da licença de instalação, preferencialmente na próxima plenária possamos ter essas informações de saber que encaminhamentos vamos fazer, que tipo de mediação será necessária fazermos para solucionarmos as dificuldades que estão sendo encontradas, entendemos que pode haver dificuldades porque a Dersa, a missão dela é fazer estradas, não é proteger manancial e fazer gestão de manancial, então acho que vamos precisar de uma mediação e junto à Secretaria de Meio Ambiente também, a Cetesb, mas precisamos primeiro saber se vai ser necessário essa mediação, se essa ajuda que estamos dispostos a oferecer enquanto Comitê de Bacia, se é uma ajuda vista, que pode ser bem recebida. Nesse sentido. Obrigado.

Francisco José de Toledo Piza Diretor, Presidente da FABH-AT- Só complementando o que o Bonfílio falou, todas as reivindicações, todas as licenças são intervenções de interesse do Estado, e a maioria delas constava do plano diretor que o próprio Mário Covas havia colocado como importante dentro do processo. Só para complementar o próprio projeto já previa essas intervenções tanto é que o

próprio Estado na reunião do CONSEMA se mostrou favorável a colocar isso, o andamento dessas obras não saíram como compensação ambiental e saíram com o orçamento do próprio Estado então o que o Bonfilio está pedindo é para dar continuidade ao plano no entorno do Rodoanel que é uma ação do Estado prevista no projeto.

Ana Paula Camargo, Secretária Executiva do Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras- Bom dia. Queria convidar todos para o evento que o Subcomitê está organizando no dia 24 de setembro, segunda-feira, em Suzano para a apresentação do projeto do hidroanel metropolitano de São Paulo pelo professor Alexandre Delijaicov. Todos estão convidados. Repasso para vocês, a Secretária executiva repassa o convite para todos. Obrigada.

Presidente-Tem mais de alguma manifestação? Mônica, essa lista de assinatura é a única ou tem outra, porque já assinei uma no Diálogo, senão fica redundante.

Nelson- Minha preocupação é a seguinte, quer dizer, essas reuniões nesses momentos, marcadas pela manhã são complicadas, temos um trânsito muito forte na região metropolitana então acho que para o próximo encontro verificando o processo eleitoral nos municípios, que se faça depois desse momento, porque complica inclusive para quem participa desse processo eletivo, e que não são só segmento dos municípios, são todos, toda a sociedade está envolvida nesse processo porque é uma participação cidadã, nesse momento, se faça preferencialmente na parte da tarde porque o trânsito nessa

direção já se esvaiu, e de preferência que não seja nem na segunda nem na sexta porque são dois dias complicados em que as pessoas se deslocam para o interior, para a Baixada.

Outra questão também chama atenção é que o sistema precisa se conhecer um pouco, temos que fazer aqui relato das Câmaras técnicas, tem muitas coisas interessantes acontecendo e inclusive efetiva a própria pauta e de repente as pessoas aqui ficam desvinculadas dessas informações, e tem muitas questões acontecendo, muitos debates, inclusive debates que são intenalizados nessas Câmaras oriundos do Conselho nacional de recursos hídricos, e do CRH, e de suas diversas Câmaras técnicas, as sete, então é importante Maria Emília, Dr. Miron, que façamos efetivamente o relato para que os Conselheiros presentes aqui e os que virão pela frente nas próximas reuniões, possam ter o privilégio de ter essas informações.

Presidente-Sendo assim alguém mais tem alguma comunicação ou manifestação? Dentro dessa lógica então que o Nelson propôs de fazer a reunião após as eleições em função das dificuldades das pessoas, por envolvimento político, obrigações em suas prefeituras, vamos programar para logo depois das eleições uma nova reunião porque tem assuntos prementes como essa questão da Lei Específica, e essas coisas, que são de alta responsabilidade e não podemos deixar o sistema paralisado dessa forma. Então bom dia para todos e muito obrigado.

Patrícia Lorenz, São Bernardo do Campo- (fala sem microfone) - Não dá para atrelar ao processo eleitoral porque se formos considerar acho que os municípios estão em maioria aqui nessa reunião de hoje.

Presidente-É verdade.

Patrícia-Então não dá para atrelar a isso.

Presidente-Sem dúvida Patrícia.

Debates (falas ao mesmo tempo/simultâneas dificultando compreensão)

Nelson-Mas todos três segmentos estão envolvidos Patrícia então tem problemas aí, acho que temos que ver isso...

Presidente-Está bom. Obrigado.

* * *